

CARLOS MARREIROS ENTENDE QUE DECISÃO DO GOVERNO LEVANTA SUSPEITAS

Neto Valente quer tribunal no lugar do cartório

O presidente da Associação dos Advogados de Macau lamenta a decisão do Governo de retirar o 1º Cartório Notarial do edifício da Santa Casa da Misericórdia, destacando que nenhuma outra localização é tão conveniente e instando o Executivo a "contribuir para uma causa justa". Por outro lado, Carlos Marreiros considera a atitude do Governo "suspeita"

■ Inês Almeida

Recordando que a Associação dos Advogados de Macau (AAM) entregou um parecer ao Governo no qual recomendava a abertura de mais cartórios públicos, Jorge Neto Valente lamentou a transferência do 1º Cartório Notarial do edifício da Santa Casa da Misericórdia para a Zona Norte da península.

"Não tenho nada contra o Governo abrir um [cartório] na Zona Norte, estou é contra fecharem um no centro da cidade, num sítio que é muito conveniente para toda a gente. Se faz falta um cartório na Zona Norte, que se abram mais cartórios", defendeu o presidente da AAM, em declarações ao JORNAL TRIBUNA DE MACAU.

A localização é a questão mais importante a ter em conta para Neto Valente, que lamenta que "desperdicem esta oportunidade do Centro Histórico e de um edifício que está em belíssimo estado e que é muito conveniente para toda a gente".

"É um espaço amplo o suficiente, está lá instalado com dignidade, e lá devia continuar", reforçou. "Tenho ouvido muitas queixas em relação a outras localizações, mas em relação ao cartório do centro não", frisou.

Carlos Marreiros mostra ter a mesma opinião. "O que está bem não deve ser mudado. Se é preciso acrescentar mais espaços para servir o público, acrescenta-se. Mexer no que está bem é que é uma atitude errada", sublinhou o ex-Provedor da Santa Casa da Misericórdia.

Por esta localização ser a ideal para este serviço, Neto Valente considera que, com a saída do 1º Cartório Notarial daquele local, ali podia sediar-se outra instalação pública. "O Governo tem serviços, como os



“ Não tenho nada contra o Governo abrir um [cartório] na Zona Norte, estou é contra fecharem um no centro da cidade, num sítio que é muito conveniente para toda a gente. Se faz falta um cartório na Zona Norte, que se abram mais cartórios ”

Jorge Neto Valente



“ O Governo gasta centenas de milhões de patacas por ano a arrendar edifícios sem categoria nenhuma para instalar serviços e agora vai retirar o arrendamento de um edifício tão prestigiado? É um grande erro e levanta suspeitas ”

Carlos Marreiros

tribunais, tão mal instalados, que se abrissem um tribunal ali não fazia mal nenhum", sugeriu o advogado, destacando que com as localizações actuais se está "a dar um mau exemplo ao meter os tribunais em edifícios que são absolutamente impróprios para" essa utilização. "Se não querem lá pôr um cartório, ponham uma instalação pública, um tribunal, por exemplo,

porque há tribunais muito mal instalados".

Questionado sobre a capacidade do rés-do-chão da Santa Casa para albergar um tribunal, Neto Valente refere que o espaço "é susceptível de ser arranjado". "Temos edifícios comerciais e de escritórios transformados em tribunais que não dignificam em nada o modo como é administrada

a justiça. Aquele é um edifício digno e histórico e em boas condições", defendeu.

Austeridade é "pura falácia"

O tópico da renda paga pelo 1º Cartório foi também mencionada por ambos, com Neto Valente a considerá-la "um problema comercial que o Governo pode negociar". "Não vou dizer que o Governo estraga muito di-

nheiro em coisas que não devia, não é isso que está em causa, mas posso dizer que há tanto gastos em outras actividades que a sociedade não reconhece como tão meritórias, que o Governo também podia contribuir de alguma maneira para uma causa justa e boa".

Já o arquitecto, considera que a acção do Executivo pode dar azo a desconfiança. "O Governo gasta centenas de milhões de patacas por ano a arrendar edifícios sem categoria nenhuma para instalar serviços e agora vai retirar o arrendamento de um edifício tão prestigiado? É um grande erro e levanta suspeitas", acusou.

"Se eu arrendo um espaço num palacete para uns serviços e depois acabo o contrato, não porque alguma coisa esteja mal, mas utilizando argumentos mais ou menos surrealistas como a austeridade, mas continuo a arrendar edifícios que não valem nada, isso levanta suspeitas. O que pensará a população?", questionou Carlos Marreiros.

O antecessor de António José de Freitas vai mais longe afirmando que "dizer que Macau atravessa um período de austeridade é uma pura falácia".

"A Santa Casa é uma instituição que sempre esteve do lado da população, no mais abrangente sentido, e é repetidamente elogiada pelas autoridades chinesas e locais por ser impecável ao longo dos 450 anos de história e não recebe subsídios directos do Governo", declarou. Por isso, "neste momento, retirar os serviços do Cartório significa um grande rombo nas finanças da Santa Casa. Isso é eticamente aceitável? A minha resposta é que não", frisou Marreiros, fazendo referência sobretudo ao trabalho desenvolvido após a transferência de soberania.

42% contra opção pelas aves refrigeradas

A consulta pública sobre a substituição de aves vivas por refrigeradas concluiu que 42% dos inquiridos estão contra a medida proposta pelo Governo

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) conduziu nos últimos dois meses de 2015 uma consulta pública sobre a "substituição do abastecimento de aves de capoeira vivas por aves de capoeira refrigeradas", para a qual foram inquiridos 1.026 cidadãos e 187 responsáveis de estabelecimentos.

Segundo o IACM, 24% dos inquiridos são favoráveis àquela medida, 33% expressaram indiferença e 42%

estão "expressamente contra".

A consulta concluiu que 67% consomem mais aves acabadas de abater. Por outro lado, apenas cerca de 27% diz ter uma posição desfavorável em relação a essa prática. Apenas 27% compram sempre aves refrigeradas.

As conclusões mostram que cerca de 80% dos inquiridos se mostraram indiferentes quanto ao tipo de carne de aves a utilizar nos estabelecimentos de comida. Ao mesmo tempo, 70%

dos estabelecimentos disseram já recorrer a carne congelada ou refrigerada.

O estudo abordou ainda os factores que os cidadãos mais levam em conta quando compram carne de aves. Nesse âmbito, 80% deram maior importância à segurança e higiene dos produtos. 70% frisaram o "conforto e a higiene" como factores determinantes. A par disso, para entre 50% a 70%, a "indicação expressa da data de fa-

brico", a "facilidade de comprar" e a "desnecessidade de contactar com aves de capoeira vivas" também são relevantes.

O referido relatório reflectiu que, embora a política não obtenha um apoio maioritário dos cidadãos e do sector, tendo em conta a saúde pública a longo prazo e os riscos de gripe das aves, os cidadãos inquiridos que não se opuseram esta medida ainda representam a maioria.